



MEMÓRIAS ENCARNADAS: O QUE PODEMOS APRENDER COM AS MULHERES QUE TIVERAM SUAS VIDAS ATRAVESSADAS PELOS MANICÔMIOS PELA VIA DO TRABALHO?

Tamiris Cristina Gomes Mazetto ¹

RESUMO

O presente artigo é um recorte da pesquisa em curso no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCAR-Sorocaba, que resgata memórias dos hospitais psiquiátricos da região de Sorocaba, outrora considerada o maior pólo manicomial da América Latina, a partir das vozes de mulheres que tiveram suas vidas atravessadas pelos manicômios pela via do trabalho. Nosso foco em análises sobre a memória, fio condutor desse estudo, ancora-se em seu sentido ético-político de construção de novas futuridades, onde os elementos do tempo – passado, presente e futuro – entrecruzam-se na construção de nossa realidade social, como possibilidades de ruptura com as repetições de um passado de violências institucionais e desumanização de indivíduos, tão marcados na história das instituições manicomiais e na lógica de cuidado enraizada na região considerada. A partir do caminho metodológico-conceitual traçado, instrumentalizados pela História Oral, compreendemos que as memórias coletivas possibilitam a compreensão de quadros sociais complexos, dos quais destacamos as especificidades da experiência encarnada do trabalho feminino no referido pólo manicomial. Esperamos poder contribuir com os debates que problematizam a descolonização e a desinstitucionalização do campo da saúde mental, com olhar crítico voltado especialmente para a manutenção da exploração do trabalho de mulheres como provedoras do cuidado, o que necessita ser discutido no campo da Educação.

Palavras-chave: memórias coletivas, luta antimanicomial, feminismo, trabalho do cuidado.

INTRODUÇÃO

“Não é porque o Hospital Psiquiátrico acabou que o manicômio acabou, né. As instituições totais tão aí, fazendo as mesmas violências, só que camuflado porque não é Hospital Psiquiátrico. Mas o que eu falo é: gente, a gente precisa pensar em estratégia que seja o melhor, mesmo que a gente não consiga trabalhar com essa questão do modelo... não vamos mudar o modelo das instituições totais, não tem como mudar porque ela tem que ser destruída, elas têm que desaparecer, não

¹ Graduada em Psicologia pela Unesp-Assis, mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação da UFSCAR-Sorocaba, tamirismazetto@gmail.com;



tem como, né. Mas, na verdade, quando você tá lá, você precisa pensar em estratégia pra cuidar de quem está lá, inclusive da sua sobrevivência também. Na medida que eu saía com os meninos, que a gente saía pra caminhar... gente, eu saía daquele hospício, que bom que era caminhar fora. E até eles iam pensando nas estradas, conectando onde que dá em tal lugar, o que tem aqui... que a nossa ideia, eu acho que até de certa forma, era autorizar eles pra fugir, né... quase que era a única possibilidade de sair daquele lugar” (Yolanda², 14/07/2020).

Na esteira das grandes tragédias relacionadas à segregação de pessoas em sofrimento psíquico e/ou indesejáveis sociais que marcou negativamente o país, a região de Sorocaba se destacou por graves violações de direitos humanos e elevados índices de mortalidade nos manicômios. A marca do pioneirismo na implantação das denominadas “colônias de alienados” ainda no século XIX contribuiu para que a região, posteriormente, se transformasse em território fértil para a proliferação dos hospitais psiquiátricos no século XX, inclusive chegando a contar com uma população internada que ultrapassava 2,7 mil pessoas (GARCIA, 2012). A mudança de modelo de atenção em saúde mental foi implantada tardiamente na região de Sorocaba, a partir de tensionamento de forças, inclusive com marcada resistência dos donos dos hospitais, um grupo econômico e politicamente poderoso.

O fechamento completo dos hospitais psiquiátricos ocorreu no ano de 2018 após intensa luta dos movimentos sociais antimanicomial, já caracterizado enquanto processo de desinstitucionalização, sob força e vigência do Termo de Ajustamento de Conduta pactuado em 2012 entre Ministério Público do Estado de São Paulo, Ministério Público Federal, prefeituras municipais de Sorocaba, Salto de Pirapora e Piedade, Governo do Estado de São Paulo e Governo Federal (TAC, 2012).

Consideramos que o fechamento dos manicômios, em suas diversas faces, não se completou em definitivo e as instituições de segregação ainda se colocam como possibilidade viável na sociedade brasileira, tão marcada pela desigualdade social e por significativos retrocessos no âmbito dos direitos sociais. No país, além dos leitos em hospitais psiquiátricos que ainda persistem, existem outras instituições de sequestro da liberdade, como as Comunidades Terapêuticas e os Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

² Yolanda é um nome fictício designado para uma das mulheres entrevistadas pela pesquisa.



Alguns pontos dessa história emblemática de Sorocaba ainda não foram levantados, de modo que nosso olhar voltou-se para a produção de reflexões sobre as experiências das mulheres que trabalharam nessas “instituições da violência” (BASAGLIA, 2010). Interessa-nos, em especial, considerar os impactos subjetivos desencadeados pelo testemunho e/ou participação em situações de violência extrema, tratamento cruel ou degradante, tônica das relações manicômiais. Essas experiências são analisadas a partir de considerações sobre o contexto da institucionalização (GOFFMAN, 2007; BASAGLIA, 2010) em interface com os estudos sobre as relações entre gênero, raça e classe (DAVIS, 2016; SAFFIOTI, 2013; COLLINS, 2017), consideradas indissociáveis na produção de reflexões sobre suas condições de vida e de trabalho, tecendo algumas considerações sobre a memória como uma atualidade em movimento (RAGO, 2013) em seus desdobramentos no campo do trabalho do cuidado (PASSOS, 2018; HIRATA, 2014).

Partimos dos apontamentos de Rachel Gouveia Passos (2018) sobre a presença de mulheres negras (escravizadas e africanas livres) nos primeiros hospícios brasileiros, em funções que denomina como “trabalho sujo do cuidado” – trabalho de higiene das roupas e do ambiente, além da prestação de auxílio à enfermagem nos cuidados das pessoas que estavam internadas – (Idem, 2017), como importante dado de análise para refletirmos sobre as origens da exploração do trabalho de mulheres, especialmente das mulheres negras, na realidade dos manicômios brasileiros. A autora ainda aponta que, na Atenção Psicossocial pós Reforma Psiquiátrica, as mulheres, especialmente as mulheres negras, foram mantidas em regime de trabalhos precarizados, terceirizados e mal remunerados, onde o trabalho doméstico e o trabalho do cuidado se entrecruzam em funções consideradas essencialmente femininas, de modo destacado nas Residências Terapêuticas (PASSOS, 2017; 2018).

Citamos alguns pontos levantados no trabalho de recordação das entrevistadas, que dizem respeito especificamente às condições a que as mulheres foram submetidas nos manicômios da região de Sorocaba: testemunho e/ou conhecimento de situações de castigos, medicalização excessiva, violência e tortura; constatação de negligência frente à ocorrência de mortes evitáveis; naturalização da violência e a institucionalização das práticas; sensação de que narrar a experiência faz os acontecimentos parecerem mais



graves do que no momento em que foram vividos; relatos sobre a expressiva presença de mulheres em cargos subalternizados, dentre as quais havia a significativa parcela de mulheres negras que, inclusive, possuíam marcas de violências e dificuldades de sobrevivência que as identificava com as próprias pessoas que estavam internadas; o adoecimento das/os trabalhadoras/es; o número insuficiente de trabalhadoras/es; registro de profissionais como auxiliares de serviços gerais e direcionamento destes para o trabalho de auxiliar a enfermagem nos cuidados das pessoas internadas; e estratégias de solidariedade e parcerias para sobreviver aos horrores institucionais.

Nos limitaremos a citar os achados do campo na construção desse artigo, que focalizará a análise do conceito de memória, conceito esse que nos conduzirá pelos caminhos metodológicos da História Oral. Fizemos estas considerações sobre o campo manicomial, em função de suas peculiaridades serem fundamentais para a compreensão do quadro social que serviu de substrato para as memórias que a pesquisa busca amplificar.

CAMINHOS METODOLÓGICOS-CONCEITUAIS

Trazemos as contribuições do psiquiatra revolucionário negro Franz Fanon (2020), para refletirmos sobre o sentido dos manicômios na sociedade e a sociabilidade por eles reificada. Na década de 1950, Fanon refutou o positivismo médico que imperava até o século XIX e refundou o campo dos transtornos neuropsiquiátricos, ao afirmar que as manifestações das doenças mentais estavam condicionadas à estrutura das relações sociais, portanto influenciadas por fatores externos ao universo puramente orgânico ou puramente psíquico. O olhar de Fanon (2020) sobre a sociedade colonial é fundamental para nossa pesquisa, por considerarmos sua correspondência com a realidade brasileira, principalmente quando o autor aborda as contradições inconciliáveis que inviabilizam o compartilhamento de um contrato social. Para o autor, os saberes hegemônicos sobre a doença mental naturalizavam uma norma importada da Europa, construídos a partir de uma base racial significativa, com a patologização dos corpos negros (FANON, 2020).

Na sociedade capitalista colonial, em especial em momentos de crise do capital, a presença dos corpos negros em instituições de privação de liberdade, dentre as quais, os manicômios, encontra-se atrelada a um “acirramento das opressões, explorações,



exclusões e encarceramentos” (PEREIRA & PASSOS, 2019), o que faz sentido para a análise da sociedade brasileira. Em relação aos manicômios, a pessoa privada de liberdade, segundo Basaglia (2010), antes de ser institucionalizada enquanto doente mental, é alguém “(...) sem poder – social, econômico, contratual: uma simples presença negativa reduzida a ser aproblemática e acontraditória, para mascarar a contraditoriedade da nossa sociedade” (p. 108).

A Psiquiatria positivista produziu, desta forma, uma instituição para homogeneização das tensões sociais – o manicômio –, que se ancorou numa ideologia e produziu um discurso – a da doença mental como algo unificado e uma ameaça ao tecido social – que, por sua vez, produziu o doente, que então passou a ser aprisionado nas instituições psiquiátricas, sendo por elas profunda e violentamente moldado (FANON, 2020; GOFFMAN, 2007; BASAGLIA, 2010; FOUCAULT, 2002).

Os projetos de sequestro de humanidade ganham novos rostos como produto dos interesses da sociedade capitalista-colonial-patriarcal, atualizando e alargando a lista daqueles que serão excluídos e transformados em não sujeito. Voltando nosso olhar para a denominada “indústria da loucura” brasileira, que se valeu dessa política de exclusão de parcelas cada vez mais significativas da população, com destaque para o encarceramento dos corpos negros, não por acaso, observamos que sua consolidação se deu durante os anos da Ditadura Militar, sob o pano de fundo do autoritarismo e da violência do Estado, com um salto do número de leitos psiquiátricos privados de três mil para cinquenta e seis mil (AMARANTE, 2015).

“(...) virou uma coisa meio como saída pra tudo, não tinha CREAS POP, não tinha CRAS, não tinha Residência Terapêutica, não tinha nada... então o que fazer com o andarilho? Tinha o S.O.S, então o S.O.S. não tinha dinheiro para pagar passagem porque o S.O.S. só fazia isso... *De que estado você é? Sou da Bahia... então pera aí...* tinha verba, manda... não tem verba manda para o Hospital Psiquiátrico. Era isso” (Vera³, 31/08/2019).

O confronto com o passado de violações, de tratamento cruel e degradante no campo da saúde mental, presente e atualizado em instituições manicomiais e ações

³ Vera é um nome fictício designado para uma das mulheres entrevistadas pela pesquisa.



governamentais atuais⁴, nos permite a constatação de que é inegociável tomarmos como ponto central de análise o fato de sermos um país racista, marcado pelo trauma colonial, que produz uma “epidermização da inferioridade” que recai sobre os negros (FANON, 2008), que se constitui mais do que “uma marca física, (...) um processo complexo de subjetivação que tem na raça, enquanto ficção materializada no corpo e na violência das práticas racistas (...), o *locus* privilegiado de produção de sofrimentos” (LIMA, 2019, p. 71), o que segue vivo e é estruturante das instituições brasileiras.

Reforçamos os apontamentos sobre a relação das exclusões sociais, que seguem o curso contínuo do projeto de colonização e desumanização, envolvendo as relações raciais e também gênero, classe, sexualidade, religião, idade, dentre outras, constitutivos do perfil da população privada de liberdade nos manicômios, criando, desse modo, as denominadas “reservas psiquiátricas” (BASAGLIA, 2010), cujo desdobramento da lógica manicomial estaria também presente no trabalho desenvolvido pelas mulheres nos manicômios. Seguimos o caminho aberto por Rachel Gouveia Passos e Melissa Pereira, quando apontam que “(...) a manutenção da lógica manicomial também se estruturou na exploração, na desigualdade e na subalternidade étnica e racial do trabalho feminino” (PEREIRA & PASSOS, 2017, p. 37).

A associação entre o trabalho do cuidado como extensão do trabalho doméstico e sua essencialização como trabalho feminino representa a manutenção da subalternização dos trabalhos desenvolvidos por mulheres. Essas questões, interpretadas a partir das questões étnico-raciais, de gênero e desigualdades sociais, estão em processo de análise e serão consideradas como questões centrais para pesquisa. Buscaremos articular os

⁴ “Destacamos aqui três aspectos que evidenciam o que pode ser denominado como uma Contrarreforma Psiquiátrica: 1) as atuais mudanças impostas nas linhas de base da política nacional de saúde mental não respeitaram o fluxo histórico construído a partir do controle social (...); 2) a partir de 2017, a supostamente nova política de saúde mental introduz o hospital psiquiátrico, não mencionado como parte da RAPS na portaria 3.088/2011 como serviço reconhecido. Na apresentação da “nova política de saúde mental” no site do Ministério da Saúde, pode-se ler que ‘a desinstitucionalização não será mais sinônimo de fechamento de leitos e de hospitais psiquiátricos’; 3) o MS, em articulação intersetorial com outros Ministérios (Justiça, Desenvolvimento Social), cria linhas de financiamento para custear serviços privados, como as chamadas “comunidades terapêuticas” (CT), que no Brasil se destinam às pessoas que usam drogas. À privatização do escasso recurso público soma-se a aposta no retorno do modelo manicomial (...)” (NUNES, 2019, p. 4493 – 4494).



debates sobre a luta antimanicomial, o trabalho do cuidado e o feminismo, utilizando para tal, como fio condutor dessas reflexões, as memórias das mulheres entrevistadas.

Partindo das palavras de Fanon - “Toda pessoa pertence a uma instituição, ela se encarna numa estrutura” (2020, p. 263), destacamos a necessidade de analisar a opressão que estaria associada ao trabalho encarnado por mulheres nos manicômios. Considerando que maior parte do trabalho do cuidado é realizado por mulheres (FEDERICI, 2019; HIRATA, 2014; PASSOS, 2017, 2018), desejamos analisar as especificidades dessa relação nos manicômios, considerando as aproximações e diferenças entre as mulheres que compunham as equipes. Consideramos, para tal, as denominadas “equipes psiquiátricas”, que seriam as profissionais com formação superior, apontadas nas entrevistas como compostas por uma maioria de pessoas brancas; e as profissionais de outras categorias – trabalhos de higiene, cozinha, lavanderia, monitoria – , dentre as quais havia importante presença de mulheres negras, nas citadas funções, que são consideradas por pesquisa como o “trabalho sujo do cuidado” (PASSOS, 2018), seguindo denominação proposta por Rachel Gouveia Passos. Nossa proposta consiste em escutar mulheres de diferentes categorias profissionais e, a partir de suas localizações sociais e experiências, promover o encontro de suas palavras e reflexões, que inclusive podem ser marcadas por contradições, para que possamos aprender com os relatos orais dessas mulheres, por acreditarmos que essas foram marcadas pelos eventos nos quais estiveram inseridas (DAS, 2016).

A metodologia da História Oral e a epistemologia feminista nos permitem abrir a escrita, processo que nos alegra pela possibilidade de uma produção coletiva de saberes, a partir da composição de diversas experiências de vida, da intersubjetividade, das afetações, das diferenças e contradições; voltada para a historicização dos corpos (RAGO, 2013) e reconstrução dos sujeitos a partir da oralidade (PORTELLI, 2016) e das memórias coletivas (HALBWACHS, 1990), como contrapontos ao modelo de ciência positivista.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

“Uma das coisas mais difíceis, tanto para uma pessoa quanto para um país, é manter sempre presentes diante dos olhos os três elementos do tempo: passado, presente e futuro. Ter em mente esses três elementos é atribuir uma grande importância à espera, à esperança e ao futuro; é saber que nossos atos de ontem podem ter consequências em dez anos e que, por isso, pode ser necessário



justificá-los; daí a necessidade da memória, a fim de realizar essa união de passado, presente e futuro” (FANON, 2020, p. 264-265).

Provocados por Fanon a pensar sobre a necessidade de manter presentes diante dos olhos os três elementos do tempo – passado, presente e futuro – podemos interpretar que ele nos coloca diante de questões fundamentais e indissociáveis para a análise das experiências humanas: como chegamos ao ponto em que estamos, quais são os acontecimentos presentes e como podemos propor mudanças no sentido da construção de novos futuros.

As diferentes profundidades do tempo estariam, desse modo, relacionadas à produção das memórias coletivas, num emaranhado de complexas influências sociais. Nossas memórias seriam, desse modo, sempre coletivas, por se ancorarem nos diversos quadros sociais (HALBWACHS, 1990) que funcionam, desse modo, como pontos de referência para as construções de sentidos a partir da rememoração, e estas produzem, por sua vez, verdadeiro artesanato com os elementos temporais. “(...) então, a parte do social, ou se quisermos, do histórico em nossa memória de nosso próprio passado, é muito maior do que pensávamos” (HALBWACHS, 1990, p. 72).

Desse modo, essa herança colonial tenta manter silenciadas – um silêncio ruidoso – questões centrais para a compreensão dos quadros sociais, impactando, desse modo, o “trabalho da memória” (PORTELLI, 2016) dos acontecimentos sociais, tornando “inconclusos nossos processos de memória” (TEGA, 2019), o que fixa nossas tragédias numa “história oficial” que nega, parcial ou totalmente, a realidade e deixa abertos os caminhos para uma “onda de repetições sinistras” a partir de “memórias impedidas” (GAGNEBIN, 2020). Destacamos aqui o quão violento é o processo de apagamento de memórias coletivas, dentre as quais citamos as memórias dos genocídios dos povos indígenas e da população negra escravizada, fundantes de nossa sociedade, seguido por outras tragédias cotidianas marcadas pela violência de Estado.

O processo de recordação aberto às contradições, a partir de uma leitura atenta dos quadros sociais (HALBWACHS, 1990), exercício este realizado no tempo presente, nos possibilita a criação de espaços para as “memórias impedidas” (GAGNEBIN, 2020), criando possibilidades não apenas para a construção de “novos passados” como também a abertura para novos futuros, através da compreensão das memórias sociais e de suas



implicações no presente, o que torna o trabalho de recordação um importante ato político também de transformação da realidade (RAGO, 2013).

Balizados pela sociologia da memória coletiva construída por Halbwachs (1990), tomamos os depoimentos como relatos de experiências reais vividas em comum, que produzem recordações marcadas pelo modo como cada indivíduo se afetou pela experiência, mas que evocam acontecimentos que tiveram lugar na vida social de seu grupo. Todos os indivíduos produzem memórias relacionadas ao seu quadro de preocupações, porém todas essas memórias se configuram como representações socialmente construídas; portanto, a aventura da construção de memórias não é pessoal, e se traduz como trabalho coletivo de recordação em grupo, podendo ser influenciada por vários grupos em temporalidades diferentes que se compõe (HALBWACHS, 1990).

Os elementos do tempo, assim como o discurso dos grupos que compõe o quadro social dos eventos estão presentes no trabalho de recordação e de elaboração das memórias através da linguagem (PORTELLI, 2016). Os conhecimentos sobre o passado se constroem no tempo presente, o que permite aos indivíduos avaliarem suas experiências e se estabelecerem no presente, constituído a partir da combinação de vários elementos que são traduzidos em linguagem (HALBWACHS, 1990).

A memória coletiva, segundo o historiador Steve Stern (2011), que analisou o contexto pós ditadura na América Latina, representa o entrecruzamento das lembranças de diferentes grupos sociais que, interconectadas, teriam assim o potencial de provocar uma ruptura histórica e sacudir os contornos hegemônicos da história negada (*apud* RAGO, 2013). Stern (2012) afirma que as narrativas da “história oficial” agem no tecido social para criar a sensação de “página virada”, e que propõem a construção de uma outra memória, unificada no registro de uma “memória como caixa fechada”, no sentido de que a sociedade não deve olhar para o passado, o que pode ser compreendido como tentativa de apagamento das marcas dos eventos violentos, na maior parte dos casos relacionados à violência ou omissão estatal. O historiador então propõe que as memórias individuais, que denomina “memórias soltas” (STERN, 2012), sejam tecidas no quadro social de uma realidade vivida por outras pessoas a fim de alcançar o valor simbólico de “memórias emblemáticas” (STERN, 2012).



Pensamos que o conceito de “memórias emblemáticas” de Stern (2012), a partir dos desdobramentos produzidos pelos estudos de Rago (2013) sobre o potencial de construir pontes entre o subjetivo e o coletivo e entre as transformações de si e transformações sociais, contribuem para nossas reflexões sobre a necessidade de ampliação do diálogo entre os campos das experiências e memórias coletivas relacionados às vivências produzidas nos contextos manicomialis.

Destacamos os esforços empreendidos pelo campo antimanicomial na produção de rupturas aos discursos hegemônicos do território de Sorocaba, dentre os quais o da ideologia da privação da liberdade nos manicômios como solução aos problemas relacionados ao cuidado de pessoas em sofrimento psicossocial, que perdurou mesmo quando a legislação brasileira já havia modificado o modelo de tratamento em saúde mental, demonstrando a assimetria de poder e a corrupção que dominaram esse território e que deixaram marcas nefastas, que sufocaram existências e memórias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do caminho metodológico-conceitual traçado, compreendemos que as memórias coletivas representam fragmentos do mundo da pessoa que recorda, não apenas traduzidos pelos eventos lembrados, mas também encarnados nas marcas deixadas em seus corpos por esses eventos, de forma que as experiências contadas nos colocam em contato com os danos causados a si e ao grupo social como um todo (DAS, 2016). Incorporadas na estrutura temporal das relações cotidianas, as marcas das vivências localizadas no limite das lembranças (HALBWACHS, 1990), se constroem também a partir do contato com aquela pessoa que escuta as recordações (PORTELLI, 2016; BOSI, 1994).

O reconhecimento do valor de cada voz e a construção de um compromisso partilhado pelas experiências trocadas (hooks, 2013), nos ajuda a compreender que a voz sempre pertence a quem conta a história e, quem a escuta, participa dessa partilha através do respeito e da amplificação dessa voz (PORTELLI, 2016). Deste modo, para nós, ampliar as vozes e encontrar com as memórias coletivas dos manicômios, especialmente através das marcas que descortinam a exploração do trabalho feminino nessas instituições, se coloca como objetivo máximo da pesquisa, através das três “entre-vistas”



(PORETELLI, 2016) realizadas até o presente momento, de um projeto de ouvir ao menos cinco mulheres.

Esperamos que essas vozes amplificadas tenham o potencial de contribuir com os debates sobre a descolonização e a desinstitucionalização do campo da saúde mental, tão caros aos atuais contornos da Reforma Psiquiátrica brasileira, que é pouco crítica à reprodução da lógica manicomial no atual trabalho realizado pelas mulheres, especialmente quando considerados aspectos étnico-raciais.

REFERÊNCIAS

- AMARANTE, P. **Teoria e crítica em saúde mental: textos selecionados** – 1. ed. – São Paulo: Zagodoni, 2015.
- BASAGLIA, F. **Escritos selecionados em saúde mental e reforma psiquiátrica** / Franco Basaglia; organização Paulo Amarante; tradução Joana Angélica DÁvila Melo. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- COLLINS, P. H. **Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória**. Parágrafo: Revista Científica de Comunicação Social da FIAM-FAAM, v. 5, n. 1, p. 6–17, 29 jun. 2017.
- DAS, V. **O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade**. Cadernos Pagu. Campinas, (37), 9 – 41, 2016.
- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- FANON, F. **Alienação e liberdade: escritos psiquiátricos** / Frantz Fanon; título original: *Écrits sur l'aliénation et la liberté*; traduzido por Sebastião Nascimento; prefácio de Renato Nogueira; introdução e notas de Jean Khalifa. Incul índice. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- _____. **Pele negra, máscaras brancas** / Frantz Fanon; tradução de Renato da Silveira. – Salvador: EDUFBA, 2008.
- FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Rio de Janeiro: Elefante, 2019.
- FOUCAULT, M. “Aula de 7 de novembro de 1973”. In: FOUCAULT, M. O poder psiquiátrico. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- GARCIA, M. **A Mortalidade nos Manicômios da Região de Sorocaba e a Possibilidade da Investigação de Violações de Direitos Humanos no Campo da Saúde Mental por Meio do Acesso aos Bancos de Dados Públicos**. Psicologia Política. São Paulo, v. 12, n.23, p. 105-120, 2012.
- GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. Tradução de Dante Moreira. Leite. 7ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Traduzido do original francês *La mémoire collective* (2ª ed.). Presses Universitaires de France. Paris, França, 1968. (1ª ed.: 1950) / São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda. Edições Vértice, 1990.
- HIRATA, HELENA. **Comparando relações de cuidado: Brasil, França, Japão**. Estud. av. [online]. 2020, vol.34, n.98, pp.25-40. Epub 08-Maio-2020.



hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

LIMA, F. **O trauma colonial e as experiências subjetivas de mulheres negras: raça, racismo, gênero e a produção de sofrimentos.** In: PEREIRA, M. O. & PASSOS, R. G. (orgs.). *Luta antimanicomial e feminismos: inquietações e resistências / Adelle nascimento ... [et al.]; organização Melissa de Oliveira Pereira e Rachel Gouveia Passos.* – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Autografia, 2019.

NUNES, M. et al. **Reforma e contrarreforma psiquiátrica: análise de uma crise sociopolítica e sanitária a nível nacional e regional.** *Ciênc. Saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 12, p. 4489-4498, Dez. 2019.

PASSOS, R. G. **De escravas a cuidadoras: a invisibilidade e a subalternidade das mulheres negras na política de saúde mental brasileira.** *Rev. O Social em Questão*, Ano XX, nº 38, mai / ago -, 77 – 94, 2017.

_____. **Trabalho, gênero e saúde mental: contribuições para a profissionalização do cuidado feminino /** Rachel Gouveia Passos. São Paulo: Cortez, 2018.

_____. **Holocausto brasileiro ou navio negreiro? Inquietações sobre a reforma psiquiátrica brasileira.** *Revista Argumentum*, Vitória, v. 10, n – 3, p. 10 – 23, 2018 b.

PEREIRA, M. O. & PASSOS, R. G. **Luta antimanicomial, feminismos e interseccionalidades: notas para o debate.** In: In: PEREIRA, M. O. & PASSOS, R. G. (orgs.). *Luta antimanicomial e feminismos: discussões de gênero, raça e classe.* Organização Melissa de Oliveira Pereira e Rachel Gouveia Passos. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

PORTELLI, A. **História oral como arte da escuta /** tradução Ricardo Santhiago. – São Paulo: Letra e Voz, 2016. – (Coleção Ideias).

RAGO, L. M. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade /** Margareth Rago. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes /** Heleieth Iara Bongiovani Saffioti. – 3 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2013.

STERN, S. **El concepto mismo de memoria tiene una historia que nace através de una lucha.** Entrevista a Steve J. Stern por Marianne González y Marcela Sandoval. 2012. Disponível em: www.anuariocdh.uchile.cl